ISSN 1518-3483
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Perfil de educadores infantis: contribuições para as discussões sobre a formação continuada

Children educator's profile: contributions to discussions on continued formation

Ana Paula Zaboroski[a], Jáima Pinheiro de Oliveira[b]

[a] Fonoaudióloga pelo Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), Educadora Brinquedista (SERPIÁ), Fonoaudióloga da Secretaria Municipal de Educação de Rio Azul, PR, Fonoaudióloga clínica do consultório médico Cirurgia e Diagnóstico em Otorrinolaringologia de Irati, PR (CDOI). Trabalhou como docente do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR), Irati, PR - Brasil, e-mail: anapaulazaboroski@yahoo.com.br

[b] Fonoaudióloga pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/SP), Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP), Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/SP), docente do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR), Irati, PR - Brasil, e-mail: jaimafono@gmail.com

Resumo

A inclusão de creches no sistema educacional gerou grandes impasses e indicou fragilidades em relação às políticas municipais voltadas para a Educação Infantil. Uma dessas

fragilidades é a formação do educador responsável por essa etapa inicial da Educação Básica. Dentro desse contexto, o objeto do nosso estudo é o perfil desse profissional, tendo como objetivo identificar a frequência de educadores atuantes em instituições de educação infantil de uma cidade do Estado do Paraná, bem como o nível de escolaridade dos mesmos. Nosso estudo utilizou abordagem quantitativa e análise descritiva. Coleta de dados foi feita em documentos de registros (relatórios e livros de registros) de sete instituições no período de 2005 a 2007. Os resultados indicaram um percentual variado de professores efetivos ao longo dos anos: 2005 (44%), 2006 (32%) e 2007 (20%). Em relação ao nível de escolaridade, observamos um predomínio do Ensino Médio Completo (60%), sendo este índice a média dos anos analisados. Além disto, verificou-se a presença de um número elevado (40) de profissionais com nível de escolaridade abaixo do ensino médio Completo, o qual não é condizente com a exigência em relação à legislação vigente. Foi observado ainda um alto índice de rotatividade de profissionais no quadro funcional de todas as instituições analisadas. Concluímos que o momento exige políticas públicas de investimento, entendidas não apenas como contratação de profissionais, mas sim como qualidade de atendimento. Considerando principalmente a formação profissional sugerida pela legislação vigente e planejamentos que traduzam uma preocupação com a articulação entre o nível administrativo e pedagógico.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Políticas públicas municipais.

Abstract

The inclusion of kindergarten units into the educational system has generated great impasses and indicated fragilities regarding the municipal policies directed towards children education. One of those fragilities is basic education teacher qualification. In this context, the object of our study is the profile of this professional, having as objective identifying the frequency of working professionals in child education institutions in a city in the state of Paraná, in Brazil, as well as the level of that qualification. Our study used quantitative and descriptive analysis approaches. Data collection was based on registry documents (reports and registration books) of seven institutions from 2005 to 2007. The results appointed a varied percentage of working teachers along the years: 2005 (44%), 2006 (32%) and 2007 (20%). Regarding the qualification level, we observed a predominance of full secondary education (60%) this being the average of the years analysed. Besides that we observed a

high index of professionals whose qualification level was lower than legislation requires. A high index of turn over for professionals in the institutions was also noticed. Our study allowed us to conclude: the moment demands public policies of investment in education, and those policies are not to be understood as professional hiring-wise only, but also as service quality. Especially considering an adequation to a kind of teacher qualification recommended by the laws and a planning that translates a concern with the articulation between administrative and pedagogical levels.

***Keywords**: Children education. Teacher Formation. Public municipal policies.*

Introdução

A educação infantil na cidade de Irati (como em vários outros locais) ainda tem um forte caráter assistencial, com preocupações essenciais voltadas para o cuidado, a higiene e a alimentação. Embora a cidade contasse com aproximadamente 1.000 crianças matriculadas, até o ano de 2005 os órgãos responsáveis por essa modalidade de educação eram relacionados à Assistência Social, passando tal responsabilidade para a Secretaria de Educação somente a partir de 2006. Nesse momento, a cidade possuía 12 estruturas de creche, sendo que apenas duas tinham estrutura de funcionamento de escola infantil.

Esses dados são de extrema relevância se levarmos em consideração que a passagem pela educação infantil é uma das fases mais importantes para um desenvolvimento satisfatório, pois são nesses primeiros anos de vida que ocorrem as maiores mudanças em relação ao potencial de aprendizado, estabilidade emocional, valores e diversas habilidades específicas, como o desenvolvimento da linguagem e, consequentemente, da socialização (ZABOROSKI; OLIVEIRA, 2009). Ressalta-se que o ingresso da criança na Educação Infantil colabora com a dinâmica familiar, facilitando, em muitos casos, a inserção das mães ou cuidadores no mercado de trabalho, possibilitando um aumento na renda familiar.

Por estas razões, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), pautada no conceito de cidadania, dá à educação infantil as funções tanto de cuidado quanto de educação, mas o objetivo de escolarização deve também ser priorizado nessa etapa.

Ainda é preciso destacar que, para essa política escolar de cuidado e educação, a infância seja efetivamente cumprida, são necessárias também condições tanto estruturais, quanto de recursos humanos. Isso nos remete à necessidade de profissionais com formação específica para esse cuidado e escolarização. Além disso, para que ocorra o acompanhamento dessas crianças de modo satisfatório, esses profissionais devem também receber auxílio em relação a todas as áreas do desenvolvimento infantil, como é preconizado no atendimento dos Centros de Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Durante a década da Educação (1997-2007), a maior ênfase se deu nessa dimensão. Em razão de toda a discussão frente às políticas de formação de educadores infantis, bem como do que é exigido como mínimo nessa formação, nas especificações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 87 foi proposto que, ao término dessa década, somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço para atuarem nas instituições de educação infantil.

Segundo Silva e Rosseti-Ferreira (2000), a questão da formação profissional está associada à formação de uma identidade institucional. Desse ponto de vista, se não existe vínculo institucional, não haverá formação adequada às necessidades da instituição. As autoras ainda alertam para o novo papel que está sendo construído para a Educação Infantil, com uma nova visão de criança e também uma nova concepção de profissional. A importância da formação profissional é reforçada quando se considera que, a partir de todas as transformações legais, as instituições deverão elaborar e efetuar sua proposta pedagógica para a efetivação de uma que realmente esteja afinada com a nova função social da instituição de educação infantil e com as diretrizes estabelecidas na política nacional de educação infantil.

Sabe-se, no entanto, que essa realidade ainda está distante da educação infantil brasileira, pois essa formação está por ser reconhecida,

isto é, está em processo. Em função disso, o que se observa é uma ausência de políticas públicas que priorizem tanto a presença, quanto a qualificação dos profissionais nas instituições. Essas carências culminam em vários problemas. Um deles refere-se à ausência de profissionais suficientes nas entidades, e o outro é a rotatividade desses profissionais em função também das fragilidades na articulação entre as políticas públicas de contratação e planejamentos pedagógico e administrativo.

Um estudo que permite refletir sobre essa articulação é o realizado por Bógus et al. (2007), o qual teve como objetivos conhecer as percepções de mães de crianças de 0 a 2 anos sobre os cuidados desenvolvidos pelas creches frequentadas por seus filhos; conhecer as percepções das educadoras sobre o seu papel nos cuidados oferecidos às crianças e suas famílias. Os resultados mostraram que as mães apresentam baixa exigência com relação aos cuidados prestados; valorizando os aspectos relacionados com alimentação, higiene e administração de medicamentos. Quanto às educadoras, há grandes limitações quanto às suas condições de trabalho: pequeno número de profissionais; rotina desgastante; cansaço provocados por suas atividades e pouco reconhecimento por parte da instituição. Além disso, a formação dos profissionais é precária e inadequada para a função, pois algumas são leigas, outras têm o ensino médio e poucas têm formação universitária.

As pesquisadoras concluem que as creches e seus profissionais não têm tido condições adequadas para cumprir integralmente seu papel de proporcionar orientação educativa aos familiares e/ou responsáveis das crianças. O desenvolvimento de atividades psicopedagógicas também é relegado a segundo plano, tanto pela falta de condições de trabalho, quanto pelo pouco preparo profissional para essa tarefa. É fundamental apontar a fragilidade do respaldo institucional oferecido aos educadores, tanto para sua capacitação quanto para seu desempenho.

Pretendendo contribuir com essas discussões dentro desse panorama da educação infantil, nosso estudo teve como objetivo identificar a frequência de educadores (concursados e temporários) atuantes em instituições de educação infantil da cidade de Irati, PR, bem como o nível

de escolaridade dos mesmos, buscando as implicações desses aspectos relacionados à qualidade e ao planejamento administrativo e pedagógico dessa modalidade de ensino.

Aspectos metodológicos

Este estudo foi classificado quanto a sua abordagem em quantitativa; quanto ao nível da pesquisa em descritiva e quanto ao procedimento utilizado para a coleta de dados em documental (COZBY, 2003; GIL, 1999). A coleta de dados se deu nos locais, sendo que as fontes principais foram relatórios e livros de registros das respectivas instituições participantes. O mesmo foi realizado no primeiro semestre de 2008, contando com a participação de sete instituições de educação infantil, dentre as 12 existentes na cidade de Irati, no período da coleta dos dados. Em função de não contemplar todas as instituições, a pesquisa buscou abranger creches e escolas das mais distintas regiões da cidade.

Desse modo, no estudo foram contempladas creches e escolas de grande, médio e pequeno porte. Em 2008, a cidade contava com duas instituições de grande porte, uma com aproximadamente 180 crianças matriculadas e outra com aproximadamente 150. Nas instituições de médio porte, tem-se como exemplo uma creche com aproximadamente 100 crianças matriculadas. E por fim, para exemplificar uma instituição de pequeno porte, pode ser mencionada uma instituição que contava com aproximadamente 35 crianças matriculadas.

Os dados foram obtidos por meio de um protocolo previamente elaborado e entregue em cada local para ser preenchido pela coordenadora da instituição, que concordou de modo voluntário a participar da pesquisa. Nesse protocolo, eram contemplados dados referentes a cada período analisado, a saber: 2005, 2006 e 2007. Tal período foi selecionado tendo em vista o final da década da Educação (1997-2007), cuja maior ênfase se deu na formação dos professores, com especial atenção para a educação infantil.

Nos campos do protocolo, foram priorizados o número de profissionais atuantes no local em cada período, a função desempenhada, o regime de contrato, o nível de escolaridade, o tempo de atuação no local e outros dados de caracterização. Por fim, a análise de dados enfatizou:

a) frequência de educadores atuantes nas instituições;
b) nível de escolaridade destes;
c) permanência dos mesmos nas instituições analisadas.

Resultados

Os resultados serão apresentados por meio de tabelas e gráfico e, posteriormente, serão destacados aqueles considerados mais relevantes e discutidos à luz da literatura. Inicialmente será indicada, por meio da Tabela 1, a frequência de professores atuantes nas instituições. Em seguida, será apresentado na Tabela 2 o nível de escolaridade dos mesmos e, por fim, serão feitas considerações acerca da rotatividade desses profissionais ao longo do período analisado, apresentada no Gráfico 1.

Vale ressaltar que optamos pela apresentação deste terceiro dado em função de, no momento da análise de dados, ser observado que não havia permanência dos profissionais na instituição na qual os mesmos atuavam, ainda que estes fossem efetivos.

a) Frequência de professores atuantes no período analisado

Observa-se, na Tabela 1, que, no ano de 2005, o quadro de professores era composto por 65 profissionais, dos quais 29 (44%) tinham regime de contrato efetivo e 36 (56%) eram professores com regime de contrato temporário. Em 2006, o número desses profissionais foi ampliado para 84. Entretanto apenas 27 (32%) eram concursados, enquanto 57 (68%) tinham contrato temporário. No ano de 2007, o número de professores é reduzido, passando para 78, sendo apenas 16 (20%) efetivos e 62 (80%) com contrato temporário.

De modo geral, verifica-se que, nos três anos analisados, predominou a categoria de professores com contrato temporário, havendo substancialmente um aumento dessa categoria a cada ano.

Tabela 1 - Distribuição da amostra de professores efetivos e temporários nas instituições analisadas nos anos de 2005, 2006 e 2007

Categorias profissionais	Períodos					
	2005		2006		2007	
	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Professores efetivos	29	44%	27	32%	16	20%
Professores temporários	36	56%	57	68%	62	80%
Total	**65**	**100%**	**84**	**100%**	**78**	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

b) Nível de escolaridade dos professores atuantes no período analisado

Sobre o nível de escolaridade dos professores, os dados apresentados, na Tabela 2, indicam um predomínio (60%) do ensino médio Completo (EMC), ao longo de todos os anos analisados, embora seja observada uma queda relativa em relação ao período. Em 2005, esse índice era de 70%, enquanto que no ano de 2006, passou para 60% e, em 2007 caiu para 50%. Ainda que tenha sido modificado esse dado ao longo desse período, o nível de escolaridade predominante vai ao encontro (até o momento do estudo, final da década da Educação (1997-2007) do que é sugerido como nível mínimo para a atuação desses profissionais na educação infantil.

Ainda remetendo-se à Tabela 2, em todos os anos, um segundo ponto que merece destaque é o alto índice de professores (40) que

possuem o nível de escolaridade abaixo do ensino médio completo (EMC). Entretanto também temos, na Tabela 2, um número elevado (33) de educadores com formação em nível superior completo, o que não se configura como uma situação comum, embora seja a ideal.

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos professores ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007

(Continua)

Nível de escolaridade por período		Frequência absoluta	Frequência relativa
2005			
	EFI	8,0	12%
	EFC	2,0	3,0%
	EMI	2,0	3,0%
	EMC	45	70%
	ESI	2,0	3,0%
	ESC	6,0	9,0%
Total		65	100%
2006			
	EFI	6,0	7,0%
	EFC	6,0	7,0%
	EMI	2,0	2,0%
	EMC	50	60%
	ESI	6,0	7,0%
	ESC	14	17%
Total		84	100%
2007			
	EFI	4,0	5,0%
	EFC	3,0	4,0%
	EMI	7,0	10%
	EMC	39	50%

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos professores ao longo dos anos de 2005, 2006 e 2007

(Conclusão)

Nível de escolaridade por período		Frequência absoluta	Frequência relativa
2005			
	ESI	12	15%
	ESC	13	16%
Total		78	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: EFI – Ensino fundamental incompleto; EFC – Ensino fundamental completo; EMI – Ensino médio incompleto; EMC – Ensino médio completo; ESI – Ensino superior incompleto; ESC – Ensino superior completo.

c) Presença de rotatividade dos educadores infantis no período analisado

A seguir, serão apresentados dados nos quais é possível visualizar a frequência dos profissionais nas instituições analisadas (F1) e a presença de rotatividade destes (F2 e F3) ao longo dos anos de 2006 e 2007. Esses dados, apresentados no Gráfico 1, indicam que houve mudanças em relação à frequência de professores efetivos e temporários.

Em relação aos profissionais que estavam trabalhando nas instituições (F1), observamos no Gráfico 1 que, em 2006, no que diz respeito aos professores efetivos, a frequência destes era de 27. Observamos, portanto, que, ao longo desse ano, 9 (34%) educadores foram substituídos (F3). Em 2007, essa frequência foi modificada para 16, dos quais 4 (25%) profissionais foram substituídos. Sobre os professores temporários, houve um aumento destes ao longo dos dois anos, passando de 57 em 2006 para 62 no ano de 2007, dados constantes como F1 no Gráfico 1. Desses professores, em 2006, 40 (70%) foram substituídos (F3) e, em 2007, 35 (57%).

Ao analisarmos atentamente esses dados, com foco para F2 e F3, constatamos a ocorrência de rotatividade de profissionais em todas

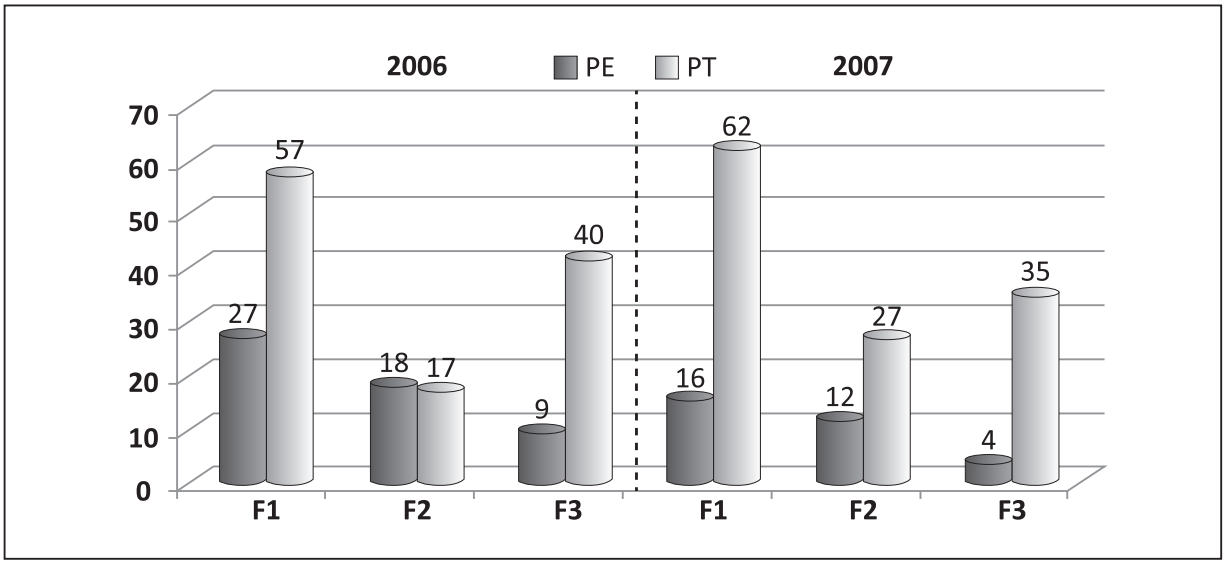

Gráfico 1 - Presença de rotatividade profissional ao longo dos anos 2006 e 2007

Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: PE - professores efetivos; PT - professores temporários; F1 - frequência de profissionais que estavam trabalhando na instituição no ano considerado; F2 - frequência de profissionais que permanecem na instituição; F3 - frequência de profissionais que foram substituídos.

as instituições analisadas. O percentual dessa rotatividade chegou a 34% em relação aos professores efetivos e a 70% em relação aos temporários.

Esses dados chamam a atenção em relação à redução da frequência de efetivos ao longo dos anos e, consequentemente, à mudança os profissionais de instituição. Ora, se os profissionais são efetivos, em tese, não seria necessário mudá-los de instituição e, portanto, não haveria redução dos mesmos. Sobre os temporários, embora estes também tenham sido permutados, não se pode dizer o mesmo, pois esse tipo de regime de contrato dificulta a possibilidade de criação de vínculo institucional.

Discussão

Os resultados apresentados merecem alguns destaques, dentre eles, inicialmente comentaremos sobre o regime de contrato dos professores.

Verificamos um predomínio do regime de contrato temporário, com aumento substancial a cada ano.

Esses dados podem indicar um retrocesso em relação à atenção das políticas públicas no setor da Educação Infantil, num período em que deveria ocorrer o oposto. De 1997 a 2007, considerada a década da Educação, a educação infantil deveria ser uma das modalidades de maior atenção por parte da esfera governamental municipal. Um dos focos dessa atenção deveria ser a formação do profissional, em muitos casos, atrelada ao vínculo institucional (SILVA; ROSSETI-FERREIRA, 2000). Não podemos esquecer, porém, que, até 2005, a Educação Infantil em Irati era de responsabilidade de órgãos ligados à Assistência Social, passando tal responsabilidade para a Secretaria de Educação somente a partir de 2006.

É bom lembrarmos também que nem mesmo em Estados de grande referência, como São Paulo, a municipalização do ensino foi instituída sem grandes entraves. Nesse contexto, no qual a Educação Básica (ensino infantil e fundamental) passou a ser tarefa dos municípios, foi possível vislumbrar por muito tempo a ausência de um planejamento para tal ação e, a municipalização só foi expressiva (quase 70% de adesão) em meados de 2001 (MARTINS, 2003).

Um segundo ponto a ser destacado, refere-se ao nível de escolaridade dos professores atuantes nas instituições analisadas. Sobre isso, observamos um predomínio do ensino médio completo (EMC), indo ao encontro do que é sugerido como nível mínimo para a atuação de educadores na educação infantil, considerando o final da década da Educação (1997-2007). Sabemos, no entanto, que há inúmeras discussões sobre esse nível ser ou não suficiente para atender às necessidades da educação infantil.

Segundo Melo (1999), a formação inicial dos professores é apenas um componente de uma estratégia mais ampla de profissionalização do professor, indispensável para implementar uma política de melhoria da educação básica. Nesse sentido, o autor propõe a criação de um sistema nacional de certificação de competências docentes e a priorização da área de formação de professores nas políticas de incentivo, fomento e financiamento. Disso decorre que, mesmo que exista a formação em nível

superior, pode ser que essa formação não seja adequada às exigências da instituição em questão.

Podemos dizer que é recente a discussão da formação de profissionais para a educação infantil, e tais discussões só vieram à tona em função das especificações da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96. Mesmo assim, essas especificações não colocam os professores como responsáveis pela modalidade de educação infantil, já que o nível médio é suficiente até mesmo para as primeiras séries do ensino fundamental. Por outro lado, não se pode pensar simplesmente em se livrar desse contingente leigo que atua nesse sistema. Deve-se pensar numa política de formação profissional para a educação infantil que "garanta um processo democrático que permita a ascensão na escolaridade, em todos os níveis, e a valorização dessa formação no patamar de outros cursos" (KISHIMOTO, 1999, p. 75).

Algumas experiências, principalmente na área de ensino e extensão, mostram que os trabalhos multidisciplinares têm contribuído, sobremaneira, para essa formação em serviço e para repensar sobre esse perfil profissional tão almejado (OLIVEIRA et al., 2008; OLIVEIRA et al., 2010; VASCONCELLOS, 2001).

Refletindo sobre a implicação que a formação dos professores tem em relação ao cuidado e à educação das crianças que frequentam essas instituições, tem-se os seguintes aspectos: mesmo que o foco da educação infantil não seja a escolarização, essa etapa inicial da educação básica requer também planejamento específico de atividades e de brincadeiras que irão auxiliar no processo de escolarização, posteriormente.

Sendo assim, questiona-se até que ponto uma pessoa com formação graduado no ensino médio possui conhecimento suficiente em relação ao processo de desenvolvimento infantil, bem como acerca dos objetivos da educação infantil capaz de fornecer subsídios para um planejamento pedagógico com vistas ao favorecimento de todo esse processo?

Especificamente sobre as atividades desenvolvidas nesse período, Nicolau (1997) aponta que os educadores precisam conhecer as características de cada etapa do desenvolvimento infantil para selecionarem atividades adequadas segundo as possibilidades e potencialidades de cada

criança. Tudo isso, por sua vez, estará não só favorecendo aspectos individuais do desenvolvimento dessa criança, mas fundamentalmente a interação social. Nesse sentido, a formação de professores que atuam nesse segmento é um dos fatores fundamentais para a garantia da qualidade dessa educação inicial que no entendimento das autoras do atual estudo deve ser compreendida como orientações e práticas pedagógicas, apoiadas fundamentalmente em aspectos de promoção do desenvolvimento infantil, pois serão essas ações que darão suporte tanto para o processo de alfabetização como de construção da cidadania (OLIVEIRA et al., 2008).

E por fim, discutiremos sobre o dado que talvez tenha chamado mais atenção: a rotatividade de profissionais nas instituições durante o período analisado.

Ao analisarmos o quadro funcional das instituições entre os anos 2006 e 2007, constatamos a ocorrência de rotatividade de profissionais em todas elas. O percentual dessa rotatividade chegou a 34% em relação aos professores efetivos e a 70% em relação aos temporários.

Se partirmos do pressuposto de que a amostra de instituições do presente estudo representava 58% das instituições de educação infantil da cidade, podemos afirmar que este deve ser um aspecto comum na Educação Infantil o município. Isso deixa ver o quanto os planejamentos pedagógicos e administrativos são instáveis e desarticulados, pois não deveriam ocorrer mudanças no quadro funcional efetivo das instituições.

A realidade de mudanças constantes no quadro funcional prejudica qualquer tentativa de formação em serviço. E sabemos que a formação em serviço valoriza a experiência e a capacidade dos profissionais que conseguiram resistir e se manter em épocas de grande adversidade. Por isso, é preciso que os profissionais que se dispõem a trabalhar no local sejam incentivados, a fim de que os mesmos possam contribuir com o contexto no qual estão atuando (SILVA; ROSSETI-FERREIRA, 2000).

Podemos inferir ainda que a rotatividade está diretamente ligada à ausência de profissionais. Essa situação, além de inviabilizar a formação desses profissionais, também interfere no planejamento pedagógico,

administrativo e em projetos que tenham como meta contribuir de modo integral para o desenvolvimento infantil.

Especificamente sobre a rotatividade de profissionais, há estudos que a indicam como empecilho para a realização de projetos com objetivos a curto, médio e longo prazos. No estudo de Simões-Zenari (2006), a autora comenta que a rotatividade pode ter atrapalhado a realização de um programa educativo para o uso profissional da voz, voltado para os professores que atuam em creches. Nessa pesquisa, desenvolvida com educadores de quatro creches da cidade de São Paulo, o objetivo foi analisar os efeitos de um programa de intervenção, verificando a opinião dos educadores quanto à voz ideal, avaliando as mudanças após o programa e os fatores associados às alterações vocais. A rotatividade foi apontada como um obstáculo, porque era necessário realizar o programa por mais de um semestre e, em função da mudança constante de profissionais, a pesquisadora teve que realizar a intervenção concentrada em um único semestre, comprometendo a qualidade, bem como os efeitos do programa, conforme a própria autora destacou em seu estudo.

Na cidade de São Paulo, de acordo com um levantamento da Ação Educativa, foi constatado que a questão da rotatividade não tem sido considerada em pesquisas acadêmicas e os dados indicaram que a situação segue o mesmo padrão na maioria dos Estados (CGC COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2008). Ainda comentando sobre o assunto no evento, os profissionais apontaram como maiores causadores da rotatividade as condições de trabalho inadequadas envolvendo pequeno número de profissionais, rotina desgastante, pouco reconhecimento e estímulo por parte da instituição (BÓGUS et al., 2007; CGC COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2008).

Na pesquisa realizada por Rezende, Beteli e Santos (2005), a baixa rotatividade de profissionais foi apontada como um dos fatores que podem contribuir para o desempenho satisfatório de crianças no que se refere às habilidades de linguagem e pessoal-social. A pesquisa foi realizada na cidade de São Paulo, em três instituições que atendem a crianças de 0 a 6 anos. Essas instituições cumprem vários critérios de bom atendimento:

organização das crianças em pequenos grupos, bom nível de educação e treinamento dos adultos, baixa rotatividade destes, estabilidade administrativa e índice de remuneração mais alto do que a média local.

Os dados obtidos deixam claro que, para avançarmos, é preciso que não apenas as políticas municipais se voltem mais para o setor de Educação, pois não podemos esquecer que na constituição de 1988, no artigo 30, modificado pela emenda constitucional 53, é expresso que os municípios deverão "manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental" (BRASIL, 2006).

Considerações finais

Os dados coletados permitiram concluir que:

a) o percentual de professores que atuam na educação infantil na cidade de Irati, contratados por regime de concurso, é baixo;
b) predomina o ensino médio completo como o nível de escolaridade dos professores atuantes nas instituições analisadas;
c) há alto índice de rotatividade de profissionais nessa modalidade de ensino no município. Vale ressaltar que a rotatividade é observada em instituições de pequeno, médio e grande porte.

Apontamos algumas reflexões no sentido de compreender que essa rotatividade é gerada a partir da ausência de atenção das políticas públicas em relação ao setor da Educação, em especial, das políticas municipais, haja vista que a responsabilidade da educação básica (ensino infantil e ensino fundamental) passou a ser dessa esfera governamental, desde 1997.

Consideramos que o momento exige políticas públicas de investimento e financiamento da Educação de 0 a 5 anos. O investimento deve ser entendido não apenas como contratação de profissionais, mas

também como qualidade de atendimento, com planejamentos que traduzam uma preocupação com o nível da educação e, principalmente, que se traduza em articulação administrativa e pedagógica. Isso perpassa, sem dúvida, por uma melhoria das condições de trabalho, salário e principalmente formação profissional.

Reforçamos e concordamos com a ideia tão difundida de que o perfil e a atuação do educador infantil devem ser ampliados junto ao crescimento e reconhecimento da própria educação infantil. Por outro lado, deve-se ter em mente que estamos lidando com o desenvolvimento infantil, e todas as mudanças e aquisições nesse período deverão se refletir em momentos posteriores. Por isso, esse educador deve, com urgência, ser profissionalizado com uma formação capaz de fornecer as habilidades necessárias às crianças, em cada uma de suas fases.

Referências

BÓGUS, C. M. et al. Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 5, p. 499-514, 2007.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BRASIL. **Política nacional de educação infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/pol_educ_infantil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.

CGC COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO. **Educadores debatem a rotatividade de professores em São Paulo**. 2008. Disponível em: <http://www.cgceducacao.com.br/canal.php?c=1&a=9428&i=0>. Acesso em: 12 dez. 2008.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciência do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação & Sociedade**, v. 2, n. 68, p. 61-79, 1999.

MARTINS, A. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 120, p. 221-238, 2003.

MELO, M. T. L. de. Programas oficiais para formação dos professores da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 45-60, 1999.

NICOLAU, M. L. M. Um estudo das potencialidades e habilidades no nível da pré-escolaridade e sua possível interferência na concepção que a criança constrói sobre a escrita. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1/2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 jan. 2004.

OLIVEIRA, R. et al. Assessoria fonoaudiológica na educação infantil: contribuições para o desenvolvimento cognitivo e de linguagem. In: SEMANA DE PEDAGOGIA, 16., SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ, 3., 2008, Guarapuava. **Anais**... Guarapuava: Unicentro, 2008.

OLIVEIRA, J. P. et al. Promoção, avaliação e intervenção no desenvolvimento infantil (PAIDI). In: MARCOLINO, J.; ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Perspectivas atuais em fonoaudiologia**: refletindo sobre ações na comunidade. São José dos Campos: Pulso, 2010. p. 167-180.

REZENDE, M. A.; BETELI, V. C.; SANTOS, J. L. F. Avaliação de habilidades de linguagem e pessoal-sociais pelo Teste de Denver II em instituições de educação infantil. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 56-63, 2005.

SILVA, A. P. S.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais**: onde o discurso e a prática se encontram? 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0707t.PDF>. Acesso em: 20 out. 2008.

SIMÕES-ZENARI, M. **Voz de educadoras de creche**: análise dos efeitos de um programa de intervenção fonoaudiológica. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2006.

VASCONCELLOS, V. M. R. Formação dos profissionais em educação infantil: reflexões sobre uma experiência. **Em Aberto**, v. 18, n. 73, p. 98-111, 2001.

ZABOROSKI, A. P.; OLIVEIRA, J. P. Algumas considerações sobre o favorecimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem. In: OLIVEIRA, J. P.; BRAGA, T. M. S. (Org.). **Desenvolvimento infantil**: perspectivas de atuação em educação e saúde. Marília: Fundepe, 2009. p. 128-141.

Recebido: 19/03/2011
Received: 03/19/2011

Aprovado: 25/06/2011
Approved: 06/25/2011